



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE
CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE
CONTAS ANUAL - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA,
FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL**

CONTAS DE GOVERNO

Art. 2º, I, Res. 012/2016-TCE/RN

Janeiro a Dezembro

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

SÃO GONÇALO DO AMARANTE-RN



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

ÍNDICE

a. APRESENTAÇÃO

b. RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO - CONTAS DE GOVERNO:

I. DO RELATÓRIO (OBJETIVOS, NORMAS, METODOLOGIA, DOCUMENTOS COLIGIDOS)

II. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

III. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE QUE ATUOU NA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

IV. ESCOPO DOS EXAMES

V. RESULTADO DOS TRABALHOS

VI. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCE

VII. OUTROS EXAMES

VIII - ENCAMINHAMENTOS AO TCE

IX. CONCLUSÃO



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

APRESENTAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE** está sujeita ao regime de Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional, Patrimonial e Fiscal pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 74 da Constituição Federal de 1988, Resolução nº 11/2016-TCE e Resolução nº 012, de 14 de junho de 2016, do TCE/RN do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, especialmente a Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte).

O Art. 2º, I, Res. 012/2016-TCE/RN, define as Contas de Governo, no afã que a atividade de controle externo possa apreciar, por meio de parecer prévio levado a julgamento pelo Poder Legislativo, a teor das peças exigidas na norma sobredita, senão vejamos teor do dispositivo, *ipsis litteris*:

Res. 012/2016-TCE/RN

Art. 2º (...)

I - Contas de Governo: conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita avaliar a gestão política do chefe do Poder Executivo, expressando os resultados da atuação governamental, submetido ao Tribunal de Contas para apreciação e emissão de parecer prévio com vistas a auxiliar o julgamento levado a efeito pelo Poder Legislativo.

Em atendimento aos preceitos normativos, encaminha-se o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL - CONTAS DE GOVERNO (Art. 2º, I, Res. 012/2016-TCE/RN) de SÃO GONÇALO DO AMARANTE-RN, referente ao período de Janeiro a Dezembro do exercício de 2021.



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

TIPO DE AUDITORIA: Contas de Governo
PERÍODO DE APURAÇÃO: Janeiro a Dezembro
EXERCÍCIO: 2021
ENTIDADE AUDITADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
RESPONSÁVEL: PAULO EMIDIO DE MEDEIROS
CPF: 357.521.144-20
RELATÓRIO N°: 0002/2022

I. DO RELATÓRIO:

1. Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, bem como o disposto no incisos I a IV, art. 147 da Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte) esse órgão de controle interno realizou, no período supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I) comprovar o atendimento de índices, limites e avaliar os resultados, após a análise dos demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, operacional e fiscal que permita avaliar a gestão política do(a) Chefe do Poder da *PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE*, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional .

2. Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

3. A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações, proposições sugeridas e justificativas do gestor, emitindo, ao final, nosso parecer.

4. Com o advento da Resolução nº 012, de 14 de junho de 2016, do TCE/RN, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, a Corte de Contas a qual está jurisdicionado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, introduziu a Prestação de Contas de Governo, conforme dispõe o Art. 2º, I, Res. 012/2016-TCE/RN.

5. A Prestação de Contas de Governo definida no normativo supracitado compõe-se de um conjunto de relatórios e informações contidas no Anexo II da Res. 12/2016-TCE (Modelos I a 49) - **alterado pela Portaria nº 78/2020-GP/TCE**, a serem apresentados pelo Gestor Responsável, mediante espaço virtual denominado Portal do Gestor (<http://portalgestor.tce.rn.gov.br/>), com periodicidade Anual.

II. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

6. A competência do serviço de Controle Interno em auxiliar o exercício do controle externo a teor do que dispõe o inciso IV do art. 74 da Constituição Federal de 1988;

7. Ao exarar a presente análise, o Controle Interno formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e fiscal, seus resultados consolidados para o órgão, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

8. As Contas prestadas pelo(a) Chefe do Poder são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculadas ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento ao art. 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

9. Que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão de relatório, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária, patrimonial e fiscal do órgão no período de Janeiro a Dezembro do **exercício de 2021**;

10. Que o relatório é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

11. Que é da competência exclusiva da Câmara Municipal de SÃO GONÇALO DO AMARANTE-RN, a competência para julgar as contas de governo e as contas de gestão dos prefeitos, cabendo ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte auxiliar o Poder Legislativo Municipal, emitindo parecer prévio e opinativo, que somente poderá ser derrubado por decisão de 2/3 dos vereadores, a teor do que dispõe o §2º do art. 31 da CF/1988;

12. Que a apreciação das contas e a emissão do presente relatório não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos;

13. Que a análise técnica e o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte sobre as Contas prestadas pelo(a) Chefe do Poder ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos vinculados, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas; e

13. Que as recomendações indicadas neste relatório - se houver, relativas ao período de Janeiro a Dezembro do exercício de 2021 requerem a adoção das medidas saneadoras pertinentes.

14. Os anexos e/ou modelos definidos na Resolução nº 012, de 14 de junho de 2016, do TCE/RN - **alterado pela Portaria nº 78/2020-GP/TCE**, a serem exibidos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, exclusivamente espaço virtual denominado Portal do Gestor (<http://portalgestor.tce.rn.gov.br/>), compõem-se dos seguintes documentos e informações:

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 012/2016-TCE

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO PREFEITO

(alterado pela Portaria nº 78/2020-GP/TCE)

ITEM	DOCUMENTO	FORMATO
1	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
2	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
3	Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 01 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
4	Despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 02 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
5	Programa de trabalho (Anexo 06 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
6	Programa de trabalho de governo – demonstrativo de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades (Anexo 07 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
7	Demonstrativo da despesa por funções, programas e subprogramas conforme o vínculo com os recursos (Anexo 08 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML

8	Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo 09 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
9	Comparativo da receita orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
10	Comparativo da despesa autorizada com a realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
11	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
12	Balanço Patrimonial (Anexo 14, previstas na Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
13	Demonstração da dívida fundada interna por contrato (Anexo 16 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
14	Demonstração da dívida fundada externa por contrato.	PDF e XML
15	Demonstração da dívida flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
16	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
17	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público).	PDF e XML
18	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Anexo 19 de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público).	PDF e XML
19	Notas Explicativas.	PDF e XML
20	Balancete Consolidado da Receita e da Despesa do mês de Dezembro.	PDF
21	Relatório circunstanciado do Prefeito sobre as atividades do exercício anterior, indicando, no mínimo: as realizações relativas à educação, saúde e assistência social; os investimentos em obras públicas, destacando as paralisadas ou inacabadas, infraestrutura e atendimento às comunidades rurais e a política de remuneração; capacitação dos servidores municipais, com especificações do alcance das metas previstas nos instrumentos de planejamento os valores repassados ao legislativo; e o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todos os tributos da competência do Município conforme o caso, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.	PDF
22 (REMOVIDO)	Relação dos bens de natureza permanente, identificando os móveis, imóveis, industriais e semoventes, incorporados e baixados do patrimônio no exercício, observando-se que, quando a baixa decorrer de alienação, deve ser identificado o número do processo licitatório e, em se tratando de bens imóveis, a respectiva lei autorizativa, indicando-se, ainda, em notas explicativas, o critério de mensuração, avaliação ou reavaliação dos elementos patrimoniais permanentes.	PDF

23	Demonstrativo dos restos a pagar inscritos e discriminando os processados e não processados, os pagos e os cancelados no exercício, bem como os inscritos em exercícios anteriores e processados no exercício, aplicando-se em todos os casos a identificação da classificação despesa funcional programática, fontes dos recursos, devendo ser utilizado o modelo constante do Quadro nº 01 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML
24	Relação consolidada dos empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, pagos e cancelados , por unidade orçamentária, contendo: fonte dos recursos, número do empenho, nome do credor, classificação funcional programática, valor e data da realização do empenho e da liquidação, conforme Quadro nº 2 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML
25	Originais dos extratos bancários do mês de dezembro, com saldo, referentes às contas mantidas em instituições financeiras pela Administração Municipal, inclusive os daquelas sem movimentação no período, acompanhados, quando for o caso, das correspondentes conciliações de saldos, cujos saldos deverão ser transcritos para o Quadro nº 3 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML
26	Demonstração da origem e aplicação de recursos não consignados no orçamento, de forma detalhada por grupos, modelo do Quadro nº 04 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML
27 (REMOVIDO)	Discriminação dos responsáveis por adiantamentos, bens ou valores da administração, com posição em aberto em 31 de dezembro, especificando valor total, data de constituição da responsabilidade, nome e matrícula do responsável.	PDF
28	Certidão da Câmara de Vereadores enumerando leis complementares e ordinárias, decretos legislativos e resoluções aprovados no exercício, de modo a indicar número, objeto, datas de sanção, de promulgação e de publicação.	PDF
29	Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD.	PDF
30	Cópias de leis e decretos relativos a aberturas de créditos adicionais, acompanhado do Quadro nº 05 do Anexo III desta Resolução e reajuste salarial.	PDF e XML
31 (REMOVIDO)	Relação dos convênios vigentes e das transferências realizadas no decorrer do exercício, especificando convenientes, objeto, valor, vigência, fonte de recursos, conta bancária específica e movimentação financeira ocorrida no exercício, bem como, quando for o caso, a acumulada até o exercício.	PDF
32	Parecer do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB.	PDF
33	Relação, por ordem cronológica de apresentação, de precatórios judiciais com os respectivos beneficiários, citando os que foram e os que não foram pagos, até o final do exercício.	PDF
34 (REMOVIDO)	Demonstrativo da aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme o Quadro nº 06 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML
35 (REMOVIDO)	Demonstrativo da aplicação nas ações e serviços públicos de saúde, consoante o Quadro nº 07 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML
36	Declaração da dívida ativa inscrita, cobrada e prescrita no exercício, especificando os valores alusivos aos créditos de natureza tributária e não tributária.	PDF
37	Comprovantes da conta "valores" em 31 de dezembro, emitidos pelas respectivas empresas das quais o município detenha ações.	PDF
38	Boletim de caixa e bancos referente ao último dia útil do exercício.	PDF
39	Relatório geral e circunstanciado do órgão central de controle interno sobre a execução dos orçamentos previstos no § 4º do art. 106 da Constituição Estadual.	PDF

40	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), correspondente ao Quadro nº 08 do Anexo III desta Resolução, com suas subdivisões, devidamente preenchido, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.	PDF e XML
41	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), correspondente ao Quadro nº 09 do Anexo III desta Resolução, com suas subdivisões, devidamente preenchido, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.	PDF e XML
42	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e seus anexos. 2	§ 3º, Art. 2º da Resolução nº 011/2016-TCE
43	Lei Orçamentária Anual (LOA) e seus anexos. 2	§ 3º, Art. 2º da Resolução nº 011/2016-TCE
44	Plano Plurianual (PPA) e seus Anexos. 2	§ 3º, Art. 2º da Resolução nº 011/2016-TCE
45	Créditos Adicionais. 2	Inciso II, Art. 3º da Resolução nº 011/2016-TCE
46	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (ANEXO 8 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere à prestação de contas. 2	Inciso I, § 4º, Art. 4º da Resolução nº 011/2016-TCE
47	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ANEXO 12 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas. 2	Inciso VI, § 3º, Art. 4º da Resolução nº 011/2016-TCE
48	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (ANEXO 5 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas. 2	Inciso I, § 3º, Art. 8º da Resolução nº 011/2016-TCE
49	Parecer do Conselho Municipal de Saúde quanto à fiscalização da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, abrangendo todo o exercício de 2018 (§ 3º, artigo 77 do ADCT c/c § 3º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12).	PDF

15. Destarte, clarividente, observando o princípio das segregações das funções, que **apenas o item 39**, trata-se de documento a ser elaborado sob a lavra do serviço de controle interno.

16. *Primu ictu oculi*, os demais são objeto de avaliação, cuja **responsabilidade de elaboração e exibição**, em homenagem ao princípio da segregação de funções, é do

Gestor Responsável e demais agentes responsáveis (contabilidade, etc.), a teor do que dispõe a Res. 012/2016-TCE/RN.

17. Ademais, esclareça-se que não cabe a este serviço de controle interno promover julgamento das Contas do Chefe do Poder, a teor ao que dispõe o § 2º art. 31 da CF/1988, cuja incumbência exclusiva ser da Câmara Municipal, por decisão de manutenção - ou não, de parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

III - COMPOSIÇÃO DA EQUIPE QUE ATUOU NA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

A composição da equipe da CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO que atuou nas fases de planejamento, execução e relatório:

Nome	Matrícula e/ou CPF	Cargo/Função
RITA APARECIDA DE MEDEIROS	11926 - 369.863.484-87	CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ERICA DA FONSECA E SILVA DIAS	12567 - 009.949.754-90	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO - CONTADORA

IV. ESCOPO DOS EXAMES:

18. Os trabalhos foram realizados no período de **04/04/2022 a 19/04/2022**, na sede da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, em atividades operacionais e diligências externas na tentativa de reunir o maior número possível de informações, por meio de análises e consolidações de dados efetuados ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação das contas prestadas pela Entidade Auditada, não ocorrendo restrições à realização dos exames, com fulcro no XVII do art.11 da Res. nº 013/2013-TCE.

19. A metodologia adotada na elaboração do presente relatório teve como vetor principal, a responsabilidade assumida pelo Gestor Responsável em prestar as informações reais e fidedignas a respeito da aplicação dos recursos que gerenciou e administrou o órgão, presumindo-se, pois, que todas as informações, documentos, relatórios e esclarecimentos, têm caráter definitivo de veracidade e legalidade.

20. Importa realçar nessas iniciais, que as informações avaliadas foram extraídas das peças que compõem a prestação de contas, bem como, mediante subsídio de relatórios, adendos e anexos complementares fornecidos por sistema de execução orçamentário-financeira, especialmente aquelas relativas à consolidação dos balanços previstos na Lei 4.320/64.

V. RESULTADO DOS TRABALHOS:

21. Os exames resultaram na apresentação das constatações identificadas neste relatório. Os itens listados foram elaborados a partir das ações de controle realizadas durante o exercício, bem como, o exame do processo de contas apresentado pela Entidade, suportados por papéis de trabalho devidamente arquivados naquele órgão.

22. Verificamos nas Contas da Entidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela Resolução nº 012, de 14 de junho de 2016, do TCE/RN e Lei 4.320/64.

23. De acordo com a regulamentação aplicável, em especial, a Resolução nº 012, de 14 de junho de 2016, do TCE/RN, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes considerações, a seguir demonstradas.

1 - A GESTÃO GOVERNAMENTAL

24. A administração municipal tem a responsabilidade fundamental de promover o bem-estar da coletividade. Para cumprir sua missão institucional utiliza-se de técnicas de planejamento e programação de ações visando maximizar seus resultados. Esse processo busca, principalmente, analisar a situação atual - diagnóstico - para identificar as ações ou alterações a serem desenvolvidas visando atingir a situação planejada.

25. A elaboração dos instrumentos de planejamentos são exigências legais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988:

- **PPA - Plano Pluri Anual:** é um plano de médio prazo através do qual procura-se ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos.

O PPA para o quadriênio foi instituído mediante Lei municipal, sancionada pelo Executivo, contendo as formalidades exigidas pelo referido diploma legal.

- **LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias:** Tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, de forma a adequá-los às diretrizes, objetivos e metas.

A LDO para o exercício de 2021 foi instituída por Lei municipal, sancionada pelo Executivo e publicada no Diário Oficial do Município. A LDO contém os anexos estabelecidos pela Lei Complementar nº. 101/2000, são eles: o anexo de metas fiscais e o anexo de riscos fiscais, cumprindo assim o estabelecido pela norma vigente.

- **LOA - Lei Orçamentária Anual:** Busca viabilizar a concretização das situações planejadas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, alocando especificamente as receitas previstas e as despesas fixadas.

A LOA para o exercício de 2021 foi criada pela Lei nº 1.711, de 28/12/2018, sancionada pelo Poder Executivo.

26. O plexo orçamentário foi elaborado levando em consideração todas as exigências como dados financeiros, estudos realizados, o cenário econômico, entre outros,

conforme se depreendem os anexos e adendos a cada instrumento de planejamento.

2. ORÇAMENTO FISCAL

27. O Orçamento Geral do Município de SÃO GONÇALO DO AMARANTE-RN aprovado pela **LEI MUNICIPAL 1.855, de 30 de dezembro de 2020**, estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 731.752.254,11, sendo R\$ 591.076.254,11 do Orçamento Fiscal e R\$ 140.676.000,00 do Orçamento da Seguridade Social. A dotação Reserva de Contingência foi orçada em R\$ 6.172.541,16, correspondendo a 0,84% do Orçamento Anual.

3. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

28. Os créditos orçamentários autorizados podem ser assim demonstrados:

Créditos Orçamentários	Valor (R\$)
Créditos Orçamentários	731.752.254,11
Ordinários	725.579.712,95
Reserva de Contingência	6.172.541,16
(+) Créditos Adicionais	186.234.278,06
Suplementares	179.261.316,42
Especiais	6.972.961,64
(-) Anulações de Créditos	181.763.619,10
(=) Créditos Autorizados	736.222.913,07

29. A apuração do resultado orçamentário pode ser demonstrada da seguinte forma:

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO - EM R\$

Descrição	Previsão/ Autorização	Execução	Diferenças	% Executado
Receita	731.752.254,11	384.371.010,48	347.381.243,63	52,53%
Despesa	736.222.913,07	355.015.121,69	381.207.791,38	48,22%

30. Para melhor compreensão sobre os resultados alcançados na execução orçamentária do município, será detalhada a seguir a receita e despesa efetivamente ocorrida durante o exercício. Verifica-se que a receita orçamentária arrecadada foi de R\$ 384.371.010,48.

COMPORTAMENTO DA RECEITA - EM R\$

Receita Prevista	R\$ 731.752.254,11
Arrecadada à Menor (-)	R\$ 347.381.243,63
= Receita Arrecadada	R\$ 384.371.010,48

31. No que se refere à despesa orçamentária realizada, alcançou o valor de R\$ 355.015.121,69, ficando R\$ 381.207.791,38, menor que o valor da despesa autorizada no exercício.

4. APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (ART. 212 DA CF/1988)

32. Conforme artigo 212 da Constituição Federal de 1988, no mínimo 25% das receitas de impostos e de transferências deverão ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino.

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)		
Descrição	Percentual mínimo a cumprir	Valor mínimo a aplicar
Despesas manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)	25.00%	R\$ 37.707.640,22
Receitas apuradas para fins de cálculo		R\$ 150.830.560,88
Total da Despesa para fins de limite com MDE		R\$ 44.687.683,78
Percentual Aplicado		29,63 %

33. O demonstrativo acima comprova que, até o encerramento do exercício em exame, o município aplicou **29,63%** do total da receita em despesas com manutenção e desenvolvimento de ensino (MDE), **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 212 da Constituição Federal de 1988.

4.1 APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO DE 70% DOS RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO:

Componente	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB	68.326.281,66
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras	226.169,80
Total dos Recursos do Fundeb	68.552.451,46
70% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	47.986.716,02
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício pagos com Recursos do FUNDEB	53.305.838,22
Valor acima do limite (70% do FUNDEB c/Profissionais do Magistério)	5.319.122,20
Percentual aplicado	77,75 %

34. Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou até o encerramento do exercício, o valor de R\$ 53.305.838,22 dos recursos oriundos do **FUNDEB**, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, §5º do ADCT e no artigo 7º da Lei Federal Nº 9.424/96, e Lei 14.113/2020.

4.2 COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB (VAAT) NA EDUCAÇÃO INFANTIL E EM DESPESAS DE CAPITAL:

a) Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil: R\$ 1.798.905,00 (50,00%).

b) Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital: R\$ 1.606.905,00 (24,19%).

35. Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o órgão aplicou até o encerramento do exercício em exame, o valor de R\$ 1.798.905,00 equivalendo a 50,00% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil e R\$ 1.606.905,00 equivalendo a 24,19% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital, **CUMPRINDO** o estabelecido na Lei 14.113/2020.

5. APLICAÇÃO RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

36. O percentual mínimo de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2021 é de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências; estabelecidos no inciso III, Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
Descrição	Percentual mínimo a cumprir	Valor mínimo a aplicar
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	15.00%	R\$ 21.884.429,401
Receitas apuradas para fins de cálculo		R\$ 145.896.196,05
Total das Despesas Próprias com		
Ações e Serviços Públicos de Saúde		R\$ 24.552.945,48
Percentual Aplicado		16,82 %

37. O demonstrativo acima comprova que, até o encerramento do exercício em exame, o município aplicou **16,82%** do total da receita em despesas com ações e serviços públicos de saúde, **CUMPRINDO** a norma contida no inciso III do artigo 77 da ADCT da CF/1988.

6. DESPESA COM PESSOAL

6.2 LIMITE MÁXIMO DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA OS GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL - DLP				
Descrição	Percentual máximo a atingir	Valor Limite Máximo	Limite Prudencial - 95%	Limite de Alerta - 90%
DLP	54.00 %	R\$ 162.614.179,56	R\$ 154.483.470,58	R\$ 146.352.761,60
Receita Corrente Líquida (RCL)			R\$ 301.137.369,56	
Total da Despesa Líquida de Pessoal (DLP)			R\$ 139.757.314,01	
Percentual Atingido			46,41 %	

38. O demonstrativo acima comprova que, até o encerramento do exercício em exame, o município aplicou **46,41 %** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, "a" da Lei Complementar nº101/2000-LRF.

8. DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS

RESTOS A PAGAR - RP	
Processados Inscritos - Do Exercício	R\$ 8.444,34
Não Processados Inscritos - Do Exercício	R\$ 28.269.374,83
TOTAL	R\$ 28.277.819,07

39. O demonstrativo acima comprova que o órgão **vem** realizado as inscrições e baixas a teor do controle fiscal definido no II do art. 59 da LC 101/2000-LRF, demonstrando a capacidade de disponibilidade de caixa líquida, após a inscrição em restos a pagar do exercício.

9. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)		
Descrição	Limite de Alerta	Percentual máximo a atingir
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	108%	120.00 %
Receita Corrente Líquida (RCL)		R\$ 301.137.369,56
Valor da Dívida Consolidada Líquida - DCL		R\$ 0,00
Percentual Atingido		0,00 %

40. O demonstrativo acima comprova que, até o encerramento do exercício em exame, não houve comprometimento da receita corrente líquida com a Dívida Consolidada Líquida (DCL), **CUMPRINDO** a norma contida índice previsto no(a) inciso II do art. 3º da Res. nº 40/2001 do Senado Federal.

10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

10.1 - INTERNA, EXTERNA E POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA

OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
Descrição	Limite de Alerta	Limite Máximo	
Operações Crédito Interno e Externo	14%	16.00 % ¹	
Operações Cred. Antecipação de Receita	6%	7.00 % ²	
Receita Corrente Líquida (RCL)		R\$ 301.137.369,56	
Valor das Operações Crédito Interna e Externa		R\$ 48.658.259,70	16,16%
Valor das Operações de Crédito		R\$ 0,00	0 %
por Antecipação Receita			

41. Ressalta-se, não obstante a verificação do limite definido no inciso I do art. 7º da Res.nº 43/2001-SF, comparado à Receita Corrente Líquida (RCL), quando do encerramento de cada quadrimestre (§4º do art. 30 da LRF), que o limite da dívida consolidada líquida encontra-se abaixo do limite fiscal, conforme demonstrado no quadro do item 9.

11. ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS FISCAIS - R\$	
Valor Total da Receita	384.371.010,48
Receitas Primárias	333.186.688,84
Despesa Total	355.015.121,69
Despesas Primárias	320.354.989,94
Dívida Pública Consolidada (DPC)	104.332.478,47
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00

42. O demonstrativo acima comprova o acompanhamento do **comportamento do cumprimento das metas** de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, definido no(a) art. 9º da LC 101/2000-LRF, conforme se extrai no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) analisado.

12 - Disponibilidade de Caixa

43. O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa objetiva assegurar a transparência da disponibilidade financeira e verificar a parcela comprometida para a inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, cujo limite, no último ano de mandato da gestão administrativo financeira, é a disponibilidade de caixa líquida por vinculação de recursos. Para tanto, apresenta o cálculo da Disponibilidade de Caixa do ponto de vista estritamente fiscal, demonstrando se o ente possui liquidez para arcar com seus

¹ inciso I do art. 7º da Res.nº 43/2001-SF

² caput art. 10º da Res.nº 43/2001-SF

compromissos financeiros.

44. O controle da disponibilidade de caixa deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato. Apesar da restrição estabelecida no artigo 42 se limitar aos dois últimos quadrimestres do respectivo mandato, a LRF estabelece que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, o que impõe que ajustes devam ser observados no decorrer de todo o mandato, de forma que as receitas não sejam superestimadas, nem haja acúmulo excessivo de passivos financeiros. O equilíbrio intertemporal entre as receitas e as despesas públicas se estabelece como pilar da gestão fiscal responsável.

45. O órgão apresentou, ao final do exercício a seguinte disponibilidade:

DISPONIBILIDADE DE CAIXA		
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA EM R\$
EM R\$		
Disponibilidade Bruta	199.021.007,32	170.743.188,25
Obrigações Financeiras	28.277.819,07	

Fonte: Demonstrativo da Disponibilidade.

46. Disponibilidade de caixa bruta na importância de R\$ 199.021.007,32 e obrigações financeiras no valor de R\$ 28.277.819,07. Portanto, confrontando os respectivos valores, constata-se o registro de uma disponibilidade de caixa líquida no valor de R\$ 170.743.188,25.

13 - Do Equilíbrio das Contas Públicas

47. Extraí-se das lições do Ministro-Substituto do Tribunal de Contas da União, *Weder de Oliveira*, publicadas em sua obra " *Curso de Responsabilidade Fiscal*", que a razão fundamental que levou à concepção da Lei de Responsabilidade Fiscal foi a necessidade premente e histórica de instituir processos estruturais de controle do endividamento público.

48. O Ministro destacou o §10 da exposição de motivos que acompanhou o Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, em 13 de abril de 1999, onde o controle do endividamento público constituía preocupação central da política econômica do governo: " o equilíbrio intertemporal das contas públicas é entendido como bem coletivo, do interesse geral da sociedade brasileira, por ser condição necessária para a consolidação da estabilidade de preços e a retomada do desenvolvimento sustentável ".³

49. Visando esses objetivos, a LRF foi erigida sobre seis pilares normativos, denominação que se pode atribuir aos conjuntos de disposições sobre:⁴

³ OLIVEIRA, Weder de. Curso de Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 42.

⁴ OLIVEIRA, Weder de. Curso de Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 49.

- I) Dívida e endividamento: realização de operações de crédito, limites e controle;
- II) Planejamento macroeconômico, financeiro e orçamentário: metas fiscais, acompanhamento e controle da execução orçamentária;
- III) Despesas com pessoal: limites e formas de controle, validade dos atos dos quais resulte aumento de despesa;
- IV) Despesas obrigatórias: compensação dos efeitos financeiros, regras específicas para as despesas da seguridade social;
- V) Receita pública: concessão de benefícios tributários e transparência da administração tributária;
- VI) Transparência, controle social e fiscalização: produção e divulgação de informações.

14. DA GESTÃO FISCAL DO ÓRGÃO

50. No exercício em exame, as publicações do Relatório de Gestão Fiscal - RGF foram feitas no Órgão de Imprensa Oficial, disponível no endereço eletrônico **saogoncalo.rn.gov.br/diario-oficial**, conforme exigência contida na LC 101/2000-LRF, conforme demonstram os comprovantes de protocolização de exibição das efetivas publicações dos instrumentos, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, conforme abaixo:

14.1 PUBLICAÇÕES DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

Período	Meio de Comunicação	Data de Publicação
1º Quadrimestre	Órgão de Imprensa oficial (saogoncalo.rn.gov.br/diario-oficial)	26/05/2021
2º Quadrimestre	Órgão de Imprensa oficial (saogoncalo.rn.gov.br/diario-oficial)	23/09/2021
3º Quadrimestre	Órgão de Imprensa oficial (saogoncalo.rn.gov.br/diario-oficial)	26/01/2022

() remessa ou publicação extemporâneas, são passíveis de aplicação de sanção pecuniária exclusivamente pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, a teor do que dispõe normativo próprio.*

14.2 PUBLICAÇÕES DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

51. As publicações do Relatório Resumido Execução Orçamentária também foram realizadas no Órgão de Imprensa Oficial, disponível no endereço eletrônico **saogoncalo.rn.gov.br/diario-oficial**, atendendo assim as disposições contidas na Lei Complementar nº 101/2000-LRF, conforme demonstram os comprovantes de protocolização de exibição das publicações dos instrumentos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, conforme abaixo:

Período	Meio de Comunicação	Data de Publicação
1º Bimestre	Órgão de Imprensa oficial	05/04/2021

	(saogoncalo.rn.gov.br/diario-oficial)	
2º Bimestre	Órgão de Imprensa oficial (saogoncalo.rn.gov.br/diario-oficial)	26/05/2021
3º Bimestre	Órgão de Imprensa oficial (saogoncalo.rn.gov.br/diario-oficial)	29/07/2021
4º Bimestre	Órgão de Imprensa oficial (saogoncalo.rn.gov.br/diario-oficial)	23/09/2021
5º Bimestre	Órgão de Imprensa oficial (saogoncalo.rn.gov.br/diario-oficial)	23.09.2021
6º Bimestre	Órgão de Imprensa oficial (saogoncalo.rn.gov.br/diario-oficial)	27/01/2022

(*) remessa ou publicação extemporâneas, são passíveis de aplicação de sanção pecuniária exclusivamente pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, a teor do que dispõe normativo próprio.

VI. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCE:

52. A despeito da informação fornecida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, extraíram-se as seguintes informações:

Tabela 01 - Resumo do cumprimento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte

1 - OBRIGAÇÕES NORMATIVAS			
Item	Obrigação	Meio de remessa	Data de remessa
1.1	SIAI-DP (Despesa de Pessoal)		
	SIAI-DP – Janeiro/2021	Portal Gestor	12/02/2021
	SIAI-DP - Fevereiro/2021	Portal Gestor	26/02/2021
	SIAI-DP - Março/2021	Portal Gestor	31/03/2021
	SIAI-DP - Abril/2021	Portal Gestor	04/05/2021
	SIAI-DP - Maio/2021	Portal Gestor	01/06/2021
	SIAI-DP - Junho/2021	Portal Gestor	05/07/2021
	SIAI-DP - Julho/2021	Portal Gestor	03/08/2021
	SIAI-DP - Agosto/2021	Portal Gestor	01/09/2021
	SIAI-DP - Setembro/2021	Portal Gestor	04/10/2021
	SIAI-DP - Outubro/2021	Portal Gestor	03/11/2021
	SIAI-DP - Novembro/2021	Portal Gestor	01/12/2021
	SIAI-DP - Dezembro/2021	Portal Gestor	30/12/2021
1.2	PRESTAÇÃO DE CONTAS - LRF		
	Bimestre 01/2021	Portal Gestor	12/05/2021
	Bimestre 02/2021	Portal Gestor	28/05/2021
	Bimestre 03/2021	Portal Gestor	28/07/2021
	Bimestre 04/2021	Portal Gestor	23/09/2021
	Bimestre 05/2021	Portal Gestor	23/11/2021
	Bimestre 06/2021	Portal Gestor	28/01/2022

(*) remessa extemporânea, passível de aplicação de sanção pecuniária exclusivamente pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, a teor do que dispõe normativo próprio.

VII - OUTROS EXAMES:

53. A Controladoria Geral do Município realizou cotejamentos no Balanço Anual (DCA), conforme informações extraídas da Apuração do Saldo Patrimonial e Demonstrativo das Variações Patrimoniais Quantitativas e Resultado Patrimonial, informados ao SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a seguir demonstrados:

Apuração do Saldo Patrimonial

Ativo Financeiro	199.042.740,75
Ativo Permanente	267.253.368,12
Passivo Financeiro	30.576.768,37
Passivo Permanente	105.563.015,31
Saldo Patrimonial	330.156.325,19

Fonte: Balanço Anual (DCA) - SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

VIII - ENCAMINHAMENTOS AO TCE:

54. Após a conclusão dos trabalhos realizados nas Contas de Gestão, não foram constatadas irregularidades e/ou ilegalidades passíveis de encaminhamento, para ciência do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, na forma do artigo 74, § 1º combinado com o artigo 75 da Constituição Federal, bem como em consonância com o disposto no artigo 149 da Lei Complementar nº 464/2012 (Orgânica do TCE/RN).

IX. CONCLUSÃO:

55. Em face do que se expõe, as informações dos demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, opinamos por sua **Regularidade**, sob a responsabilidade da Sr(a). PAULO EMIDIO DE MEDEIROS, relativa ao período de Janeiro a Dezembro do exercício de 2021.

56. É o relatório.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE-RN, 19 de abril de 2022.

RITA APARECIDA DE MEDEIROS
Controlador Geral do Município



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Resolução nº 012, de 14 de junho de 2016, do TCE/RN

CERTIFICADO : 0002/2022

PERÍODO: Janeiro a Dezembro

EXERCÍCIO : 2021

ENTIDADE AUDITADA : PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

RESPONSÁVEL : PAULO EMIDIO DE MEDEIROS

CPF : 357.521.144-20

Foram examinados os atos de governo do responsável pelas áreas auditadas, praticados no período de Janeiro a Dezembro do exercício de 2021.

Os exames foram realizados, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria, em atendimento à legislação aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame.

Em função dos exames realizados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas, e em face do disposto no artigo 148, inciso II da Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do TCE/RN), opinamos que o encaminhamento das contas do responsável pela Unidade Auditada seja pela sugestão da **Regularidade**, consistente na(s) constatação(ões) do RELATÓRIO Nº 0002/2022, de 19/04/2022, sob a responsabilidade do(a) Sr(a). PAULO EMIDIO DE MEDEIROS, portador do CPF. nº 357.521.144-20.

É o certificado.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE-RN, **20 de abril de 2022.**

RITA APARECIDA DE MEDEIROS
Controlador Geral do Município



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO

Resolução nº 012, de 14 de junho de 2016, do TCE/RN

RELATÓRIO: 0002/2022

PERÍODO: Janeiro a Dezembro

EXERCÍCIO: 2021

ENTIDADE AUDITADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

RESPONSÁVEL: PAULO EMIDIO DE MEDEIROS

CPF: 357.521.144-20

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da Unidade de Controle Interno quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade Auditada, expresse, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, considerando os principais registros e recomendações formuladas em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre o governo no referido período, conforme Certificação pela sugestão da **Regularidade**, consistente na(s) constatação(ões) do RELATÓRIO Nº 0002/2022, de 19/04/2022, sob a responsabilidade do(a) Sr(a). PAULO EMIDIO DE MEDEIROS, portador do CPF. nº 357.521.144-20.

Assim, em atendimento às determinações contidas no artigo 148, inciso II da Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do TCE/RN) e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, opinando pela Regularidade das Contas de Governo do responsável pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, no período de Janeiro a Dezembro do exercício de 2021.

É o parecer.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE-RN, 20 de abril de 2022.

RITA APARECIDA DE MEDEIROS
Controlador Geral do Município